

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto e concordando com os fundamentos apresentados, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 5.º da Lei n.º 1/2012, de 3 de janeiro, **deliberou por unanimidade**, que o representante da Câmara Municipal no Conselho da Fundação diligencie no sentido de evitar a extinção da Fundação Escola Profissional de Leiria.

Mais deliberou que sejam solicitados esclarecimentos ao Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, relativamente às questões anteriormente apresentadas, disso se dando conhecimento ao Senhor Ministro das Finanças.

A presente deliberação foi aprovada em minuta

PONTO OITO

DIVISÃO DE JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

8.1. Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares do 1.º ciclo e Componente de Apoio à Família do Pré-escolar – Transferência de Apoios - ano letivo 2012-2013

DLB N.º 1084/12 | Presente, pelo Senhor Vereador Gonçalo Lopes, uma proposta do seguinte teor:

Desde o ano letivo 2006/2007, o Município de Leiria vem celebrando acordos de colaboração com as entidades gestoras dos programas (Junta de Freguesia, Agrupamentos de Escolas, Associações de Pais e outras instituições de utilidade pública e de solidariedade social), com vista à boa colaboração dos respetivos outorgantes na realização dos objetivos dos Programas de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo e da Componente de Apoio à Família do Pré-escolar.

Considerando os encargos diários assumidos por estas entidades parceiras com o funcionamento dos programas referidos;

Considerando a necessidade de garantir um apoio regular e sistemático para que as diversas entidades possam assegurar o normal funcionamento dos programas;

No sentido de agilizar procedimentos, e em resultado da experiência de anos anteriores, propõe-se:

- a) Transferência mensal de verbas para as entidades parceiras, de acordo com os valores constantes no documento anexo ao presente verbete;
- b) Envio dos mapas mensais de frequência e respetivos documentos de despesa, por parte de cada entidade parceira à DIJE;
- c) Apresentação, pelos serviços de educação aos serviços financeiros, da lista de transferência de acertos final, em função dos valores e documentos comprovativos de despesa apresentados e validados.

Programa CAF – Pré-escolar 2012/2013				
Entidades	Código	2012	Proposta de Cabimento	Previsão para compromisso 2013 (janeiro a julho e acertos)
Associações de Pais	2012 A 331	€ 103.691,70	1657	€ 240.683,98
Juntas de Freguesia	2012 A 328	€ 104.138,43	1658	€ 238.276,55
Outras Entidades	2012 A 330	€ 56.277,50	1659	€ 126.492,55

Programa de Fornecimento de Refeições Escolares – 1.º ciclo 2012/2013				
Entidades	Código	2012	Proposta de Cabimento	Previsão para compromisso 2013 (janeiro a junho e acertos)
Associações de Pais	2012 A 339	€ 94.561,76	1660	€ 179.303,02
Juntas de Freguesia	2012 A 337	€ 136.934,66	1661	€ 254.202,66
Agrupamentos de Escolas	2012 A 338	€ 19.158,05	1662	€ 35.639,60
Outras Entidades	2012 A 341	€ 35.764,87	1663	€ 66.548,04

Agrupamentos de Escolas	OBM	
	1.º CEB	Pré-escolar
Marrazes	69.12-2	69.12-3
Correia Mateus	70.12-1	70.12-2
José Saraiva	71.12-3	71.12-4
Rainha Santa	72.12-1	72.12-2
Colmeias	73.12-1	73.12-2
D. Dinis	74.12-3	74.12-4
Maceira	75.12-3	75.12-4
Caranguejeira/Jardins da Serra	76.12-2	76.12-3

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, e no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea l) do n.º 1, conjugada com a alínea d) do n.º 4, ambas do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, **deliberou por unanimidade** concordar com a proposta e autorizar a transferência regular e sistemática das verbas para as Juntas de Freguesia, Associações de Pais, Agrupamentos de Escolas, IPSS e outras entidades parceiras, conforme apresentado em anexo após confirmação da existência de fundos disponíveis para a assunção do compromisso, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

Mais deliberou que a transferência final, com respetivos acertos, se efetue após apresentação dos documentos comprovativos de despesa e informação dos Serviços da Educação aos Serviços Financeiros.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

8.2. Atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Aplicação de penalidades após audiência prévia - Atlético Clube da Sismaria

DLB N.º 1085/12 | Presente, pelo Senhor Vereador Gonçalo Lopes, proposta que se apresenta:

Por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Leiria, em sua reunião de 10/04/2012, foi manifestada a intenção de, ao abrigo do disposto no n.º 2 da Cláusula 10.ª do caderno de encargos, conjugado com a alínea d) do artigo 302.º e n.º 1 do artigo 329.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, aplicar sanções pecuniárias à associação “Atlético Clube da Sismaria”, em virtude do incumprimento da obrigação prevista na alínea

e) do n.º 1 da Cláusula 5.ª do caderno de encargos relativo ao Ensino da Atividade Física e Desportiva (Concurso Público com Publicação Internacional n.º 8/2011).

A Câmara Municipal de Leiria, nos termos do n.º 2 do artigo 308.º do CCP, conjugado com os artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA), deliberou conceder à associação “Atlético Clube da Sismaria” o prazo de 10 dias úteis para, em sede de audiência prévia, se pronunciar acerca da decisão de aplicação das referidas sanções.

Em 04/05/2012 (ENTFE 4312/2012) a associação “Atlético Clube da Sismaria” veio, em síntese, informar que:

- As faltas surgiam na sequência de problemas com os meios de transporte, pelo que não existia qualquer possibilidade de efetuar a substituição, em virtude de se tratar de factos imprevisíveis para a entidade.

Considerando as informações do Chefe da Divisão de Juventude e Educação, de 2012.05.24 e da Divisão Jurídica e Administrativa de 2012.05.29, ambas anexas ao processo (Anexo S), a ocorrência de acidentes ou avarias no meio de transporte e problemas de saúde não podem ser acolhidos como argumentos aptos a fundamentar a inaplicabilidade das penalidades constantes do n.º 2 da cláusula 10.ª das cláusulas jurídicas do caderno de encargos, uma vez que não configuram as situações de força maior previstas quer nas peças do procedimento quer no próprio contrato, nem foram comunicadas à Câmara Municipal de Leiria.

Nos termos do n.º 5 da cláusula 11.ª das cláusulas jurídicas do caderno de encargos, a comunicação da exponente à Câmara Municipal de Leiria das ocorrências identificadas na conclusão anterior constituía um dever que lhe estava cometido e a sua ausência determina que estejamos perante um incumprimento contratual, em virtude de não poder ser entendida como caso da força maior.

Propõe-se que a Câmara Municipal de Leiria, na qualidade de órgão competente para a decisão de contratar, ao abrigo do disposto no n.º 2 da Cláusula 10.ª do caderno de encargos, conjugado com a alínea d) do artigo 302.º e n.º 1 do artigo 329.º, ambos do CCP, determine a aplicação das sanções pecuniárias à associação “Atlético Clube da Sismaria” em virtude do incumprimento da obrigação prevista na alínea e) do n.º 1 da Cláusula 5.ª do caderno de encargos, conforme se enuncia:

Atividade Física e Desportiva			
ATLÉTICO CLUBE DA SISMARIA - APLICAÇÃO DE PENALIDADE APÓS PRONÚNCIA EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA			
Agrupamentos	Faltas a considerar	Valor unitário	Valor Penalidade
Colmeias	9	11,500 €	207,00 €
José Saraiva	9	11,480 €	206,64 €
TOTAL	18		413,64 €

A Câmara Municipal de Leiria, na qualidade de órgão competente para a decisão de contratar, ao abrigo do disposto no n.º 2 da Cláusula 10.ª do caderno de encargos, conjugado com a alínea d) do artigo 302.º e n.º 1 do artigo 329.º, ambos do CCP, **deliberou por unanimidade** aplicar as sanções pecuniárias à associação “Atlético Clube da Sismaria”, em virtude do incumprimento da obrigação prevista na alínea e) do n.º 1 da Cláusula 5.ª do caderno de encargos, no montante de €413,64 (quatrocentos e treze euros e sessenta e quatro centimos).

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

8.3. Atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Aplicação de penalidades após audiência prévia - Funseven, Lda

DLB N.º 1086/12 | Presente, pelo Senhor Vereador Gonçalo Lopes, proposta que se apresenta:

Por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Leiria, em sua reunião de 10/04/2012, foi manifestada a intenção de, ao abrigo do disposto no n.º 2 da Cláusula 10.ª do caderno de encargos, conjugado com a alínea d) do artigo 302.º e n.º 1 do artigo 329.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, aplicar sanções pecuniárias à sociedade “Funseven, Lda.”, em virtude do incumprimento da obrigação prevista na alínea e) do n.º 1 da Cláusula 5.ª do caderno de encargos relativo ao Ensino da Música (Concurso Público com Publicação Internacional n.º 5/2011).

A Câmara Municipal de Leiria, nos termos do n.º 2 do artigo 308.º do CCP, conjugado com os artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA), deliberou conceder à sociedade “Funseven, Lda.” o prazo de 10 dias úteis para, em sede de audiência prévia, se pronunciar acerca da decisão de aplicação das referidas sanções.

Considerando que a entidade não se pronunciou em sede de audiência prévia;

Considerando que a não apresentação de pronúncia em sede de audiência prévia configura aceitação tácita do conteúdo da decisão final provável.

Propõe-se que a Câmara Municipal de Leiria, na qualidade de órgão competente para a decisão de contratar, ao abrigo do disposto no n.º 2 da Cláusula 10.ª do caderno de encargos, conjugado com a alínea d) do artigo 302.º e n.º 1 do artigo 329.º, ambos do CCP, determine a aplicação das sanções pecuniárias à sociedade “Funseven, Lda.” em virtude do incumprimento da obrigação prevista na alínea e) do n.º 1 da Cláusula 5.ª do caderno de encargos, conforme se enuncia:

Ensino da Música			
FUNSEVEN - APLICAÇÃO DE PENALIDADE APÓS PRONÚNCIA EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA			
Agrupamentos	Faltas a considerar	Valor unitário	Valor Penalidade
Colmeias	3	12,170 €	73,02 €
Jardins da Serra	4	12,170 €	97,36 €
Marrazes	5	11,570 €	115,70 €
Maceira	1	12,170 €	24,34 €
TOTAL	13	---	310,42 €

A Câmara Municipal de Leiria, na qualidade de órgão competente para a decisão de contratar, ao abrigo do disposto no n.º 2 da Cláusula 10.ª do caderno de encargos, conjugado com a alínea d) do artigo 302.º e n.º 1 do artigo 329.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, **deliberou por unanimidade** aplicar as sanções pecuniárias à sociedade “Funseven, Lda.”, em virtude do incumprimento da obrigação prevista na alínea e) do n.º 1 da Cláusula 5.ª do caderno de encargos, no montante de €310,42 (trezentos e dez euros e quarenta e dois cêntimos).

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

8.4. Atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Aplicação de penalidades após audiência prévia do Atelier de Saberes

DLB N.º 1087/12 | Presente, pelo Senhor Vereador Gonçalo Lopes, proposta que se apresenta:

Por deliberação tomada pela Câmara Municipal de Leiria, em sua reunião de 10/04/2012, foi manifestada a intenção de, ao abrigo do disposto no n.º 2 da Cláusula 10.ª do caderno de encargos, conjugado com a alínea d) do artigo 302.º e n.º 1 do artigo 329.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, aplicar sanções pecuniárias à sociedade “Atelier de Saberes, Lda.”, em virtude do incumprimento da obrigação prevista na alínea e) do n.º 1 da Cláusula 5.ª do caderno de encargos relativo ao ensino da atividade física e desportiva (Concurso Público com Publicação Internacional n.º 8/2011).

A Câmara Municipal de Leiria, nos termos do n.º 2 do artigo 308.º do CCP, conjugado com os artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA), deliberou conceder à sociedade “Atelier de Saberes, Lda.” o prazo de 10 dias úteis para, em sede de audiência prévia, se pronunciar acerca da decisão de aplicação das referidas sanções.

Em 24/05/2012 (ENTFE 9523/2012) à sociedade “Atelier de Saberes, Lda.” veio, em síntese, informar que:

- Existiam 2 faltas na sequência de problemas com os meios de transporte, pelo que não existia qualquer possibilidade de efetuar a substituição, em virtude de se tratar de factos imprevisíveis para a entidade;

- Existia uma divergência de 4 faltas por erro na contabilização, pois as aulas foram dadas, assinadas e sumariadas, segundo testemunho do professor, da EB1 de Touria e do Agrupamento de Escolas Dr. Correia Mateus.

Assim:

Considerando as informações do Chefe da Divisão de Juventude e Educação, de 2012.05.24 e da Divisão Jurídica e Administrativa de 2012.05.29, ambas anexas ao processo (Anexo T), a ocorrência de acidentes ou avarias no meio de transporte e problemas de saúde não podem ser acolhidos como argumentos aptos a fundamentar a inaplicabilidade das penalidades constantes do n.º 2 da cláusula 10.ª das cláusulas jurídicas do caderno de encargos, uma vez que não configuram as situações de força maior previstas quer nas peças do procedimento quer no próprio contrato, nem foram comunicadas à Câmara Municipal de Leiria.

Considerando ainda que se confirmam a existência de 2 faltas, nos termos do n.º 5 da cláusula 11.ª das cláusulas jurídicas do caderno de encargos, a comunicação da exponente à Câmara Municipal de Leiria das ocorrências identificadas na conclusão anterior constituía um dever que lhe estava cometido e a sua ausência determina que estejamos perante um incumprimento contratual, em virtude de não poder ser entendida como caso da força maior.

Propõe-se que os argumentos apresentados pela sociedade “Atelier de Saberes, Lda.”, em sede de audiência prévia, sejam parcialmente acolhidos pela Câmara Municipal de Leiria e que a Câmara Municipal de Leiria, na qualidade de órgão competente para a decisão de contratar, ao abrigo do

disposto no n.º 2 da Cláusula 10.ª do caderno de encargos, conjugado com a alínea d) do artigo 302.º e n.º 1 do artigo 329.º, ambos do CCP, determine a aplicação das sanções pecuniárias à sociedade “Atelier de Saberes, Lda.” em virtude do incumprimento da obrigação prevista na alínea e) do n.º 1 da Cláusula 5.ª do caderno de encargos, conforme se enuncia:

Atividade Física e Desportiva			
ATELIER DE SABERES - APLICAÇÃO DE PENALIDADE APÓS PRONÚNCIA EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA			
Agrupamento	Faltas a considerar	Valor unitário	Valor Penalidade
Correia Mateus	2	11,470€	22,94 €
TOTAL	2		22,94 €

A Câmara Municipal de Leiria, na qualidade de órgão competente para a decisão de contratar, ao abrigo do disposto no n.º 2 da Cláusula 10.ª do caderno de encargos, conjugado com a alínea d) do artigo 302.º e n.º 1 do artigo 329.º, ambos do CCP, **deliberou por unanimidade** aplicar as sanções pecuniárias à sociedade “Atelier de Saberes, Lda.”, em virtude do incumprimento da obrigação prevista na alínea e) do n.º 1 da Cláusula 5.ª do caderno de encargos, no montante de €22,94 (vinte e dois euros e noventa quatro centimos).

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

PONTO NOVE

DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL, MUSEUS E BIBLIOTECA

9.1. Cedência do Teatro José Lúcio da Silva à Cercilei - Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Leiria, CRL

DLB N.º 1088/12 | Presente um pedido com a ENTFE.2012/6544 da Cercilei - Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Leiria, CRL, solicitando a cedência gratuita das instalações do Teatro José Lúcio da Silva, para levar a efeito no dia 10 de novembro, um espetáculo musical intitulado “Melodias por um sonho”, cuja finalidade é a de angariação de fundos.

Tratando-se de uma Cooperativa de Utilidade Pública de Leiria, fundada em 1976, que tem como missão capital promover a educação, reabilitação e inclusão socioprofissional da pessoa com deficiência;

Atenta ao facto de a referida entidade não prosseguir a finalidade lucrativa, revestindo a presente iniciativa uma ação de solidariedade, cujo objetivo principal visa colmatar as grandes dificuldades económicas que a CERCILEI vivencia, propõe-se que o Município de Leiria ceda gratuitamente, a sala de espetáculos do Teatro José Lúcio da Silva, que importa no valor de €1.200,00, a fim de aí se realizar um espetáculo musical intitulado “Melodias por um sonho”, ao abrigo da Norma de Funcionamento e Utilização deste espaço, e que já foram transmitidas com a devida antecedência à entidade requerente.

Ficará a entidade requerente por sua vez, obrigada a assumir todos e quaisquer encargos adstritos à SPA e respetivas Licenças, ficando ainda o presente apoio condicionado à entrega prévia de todos os documentos para cumprimento da Norma de Controlo Interno e RAAML, nomeadamente,